



AMAZÔNIA — GEOPOLÍTICA DO CONFRONTO E GEOESTRATÉGIA DA INTEGRAÇÃO(**)

Therezinha de Castro¹

Trata-se de mais uma contribuição para o debate da questão amazônica. Através dela, tradicional colaboradora, que retorna às páginas de *A Defesa Nacional*, apresenta novos dados para reforçar alguns aspectos que não podem ser esquecidos na defesa dos interesses nacionais em relação à cobiçada região.

INTRODUÇÃO

A Amazônia se caracteriza por um conjunto de fenômenos correlacionados entre si, conferindo à área certa unidade. É caracterizada, sobretudo, pela Geografia

(**) Selecionado pelo CPrep/ECEME

¹ Participou do Simpósio sobre "A Amazônia Brasileira" promovido pelo Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército, realizado de 7 a 10 de outubro de 1991 na ECEME.

Física complementando-se com as Geografias Humana, Econômica e Política.

Fisiopoliticamente, no Brasil, está dividida entre os Estados do Amazonas, Pará, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá e Tocantins, limitando-se internacionalmente com a Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia.

Numa avaliação conjunta espaço-homem, a Amazônia Global se carac-

AMAZÔNICA — GEOPOLÍTICA DO CONFRONTO E GEOESTRATÉGIA DA INTEGRAÇÃO

teriza pela população rarefeita conforme o quadro que se segue:

Amazônia	km ²	Hab/km ²
Brasileira	4.871.500	1,46
Peruana	764.200	1,32
Colombiana	504.600	0,17
Boliviana	391.600	0,46
Venezuelana	175.700	0,12
Equatoriana	128.700	1,30
Guianense	215.000	3,43
Surinamense	143.000	2,31
Franco-Guianense	81.000	0,64
Total	7.275.000	1,24

Embora na Amazônia Global todos os países se apresentem despovoados, o fator é bem mais acentuado no Brasil por englobar cerca de 70% de sua área.

Excetuando-se a Guiana Francesa, o complexo fisiopolítico se associa no

Pacto Amazônico ou Tratado de Cooperação Amazônica. Instrumento de simples cooperação, o Tratado assinado em 3 de julho de 1978 não promoveu, decorridos mais de dez anos, o desenvolvimento harmônico regional, visto que os países signatários, com seus ecúmenos estatais afastados, têm diretrizes difundentes para o Pacífico, Caribe e Atlântico, concluindo-se, pois, que a bacia fluvial não exerceu aí ainda o papel precípua nas comunicações regionais, mantendo apenas as populações ribeirinhas, sem promover a ocupação dos espaços interdiários.

Integrando o complexo brasileiro, a Amazônia se constitui num todo natural denominado Região Norte, envolvendo-se em 45,4% do território nacional. Forma, com a Região Centro-Oeste, nossa área geopolítica neutra, marginalizada e subdesenvolvida, que o quadro seguinte vai ilustrar:

Região	Área (km ²)	População (p/1.000)	População (p/km ²)	No Território Nacional
Norte	3.867.886	10.039,8	2,6	Área Subdesenvolvida (64%)
Centro-Oeste	1.952.749	9.184,7	5,7	
Nordeste	1.548.672	42.822,1	27,6	Área em Desenvolvimento (18%)
Sudeste	924.935	65.558,9	70,9	Área Desenvolvida (18%)
Sul	577.723	22.762,3	39,4	
Total	8.511.965	150.673,8	17,6	(100%)

IBGE — Estimativa População — 1990

Dentro do aspecto contrastante, a Amazônia se constitui na maior região

natural do Brasil e na menos povoada, como área marginalizada forma, com

a Região Centro-Oeste, a segunda maior do país, o núcleo subdesenvolvido da Federação.

Em face da problemática, a Lei 1.806 de 1956, extrapolando os limites políticos dos Estados da Região Norte, criou a chamada “Amazônia Legal”, envolvendo a região de transição do Maranhão até o meridiano de 44 graus, bem como o norte dos Estados de Goiás e Mato Grosso, até o paralelo de 13 graus; ocupa, no conjunto, 58% do território Nacional.

Uma vez transferidos esses 58% do território brasileiro para a Europa, nele poderiam ser incluídos 15 países: Portugal, Espanha, França, Bélgica, Holanda, Alemanha, Áustria, Suíça, Hungria, Tchecoslováquia, Iugoslávia, Albânia, Itália, Inglaterra e Irlanda.

Pelas proporções desse gigantesco e exuberante cenário ou mundo a parte, a Amazônia é tema de vasta e polimorfa literatura. É, no entanto, ainda muito mal conhecida, tendo por isso, internacionalmente, uma imagem distorcida.

CARACTERIZAÇÃO

Fisicamente, a Região Norte ou Amazônia se caracteriza por extensa depressão de terras equatoriais formando vasta planície, situada entre o Maciço das Guianas e os primeiros degraus do Planalto Central. É dividida pelo equador terrestre, que deixa a menor e mais acidentada parte ao norte, mas dotando o conjunto de um clima quente-úmido bem regular, donde a pe-

quena diferença entre os meses mais quentes e os mais frescos.

O Amazonas, eixo principal da bacia, é o maior rio do mundo, vindo depois o Mississipi-Missouri e o Nilo. Percorrendo 7.025km, desde o Pico Huagro até o Atlântico, surge no Peru a partir das águas formadas pelo degelo andino. Nasce a 4.000 metros de altitude e, segundo o Instituto Amazônico da UNESCO, distando apenas 120km do Pacífico. É, pois, quase que um canal natural bioceânico que, ao entrar no Brasil, pela cidade de Tabatinga, já corre numa planície de 82 metros acima do nível do mar, faltando 3.200km para chegar ao Atlântico. É, até Iquitos, no Peru, permanentemente navegável em 3.580km.

Recebe mais de 500 afluentes, representando uma via permanente de navegação com cerca de 19.000km, número que se poderá multiplicar várias vezes, levando-se em conta a existência de furos e igarapés, pequenos cursos d'água que, durante as enchentes, unem entre si os lagos e rios, bem como os paranás, pequenos braços de rios que contornam ilhas.

O Amazonas apresenta profundidades que variam dos 20 aos 130 metros e largura que vai dos 96km, na embocadura com o rio Negro, até 1,5km, no estreito de Óbidos.

O volume normal de águas é avaliado em 80.000m³, dando-lhe a categoria de primeiro do mundo em caudal, correspondendo sua vazão à de todos os rios do Planeta. Com sua calha quase paralela ao equador, recebe afluentes dos dois hemisfério da Terra onde as estações se alternam. Sofre,

assim, o fenômeno da interferência, que nada mais é do que a compensação anual que se estabelece entre as enchentes dos tributários que vêm do norte e os do sul, onde se formam cachoeiras. Daí o seu potencial hidroelétrico estimado, pelo IBGE, no quadro que segue:

Bacias	Potencial Hidroelétrico (energia firme em NW/Ano)
Afluentes da Margem Esquerda-norte do Amazonas	7.770
Afluentes da Margem Direita-sul do Amazonas	28.393
Amazônica (Total)	36.163
Rio Xingu	10.454
Rio Tapajós	9.610
Rio Madeira	8.170
Rio Tocantins	12.660

Recebendo águas dos Andes, dos afluentes e das correntes aéreas úmidas, a rede fluvial amazônica tem todas as características para se transformar no caminho natural de mais alto valor econômico e social.

A associação climática, topográfica e hidrográfica dotará a área de vasto conjunto florestal, que, além de não envolver todo o complexo amazônico, não é contínuo e se alterna com matas

ciliares, campinas nas várzeas e campos nativos de grande extensão. Por outro lado, todas as eras geológicas se acham aí representadas em quase todos os seus estágios, embora nas várzeas predomine o cenozóico, o período mais moderno.

A multiplicidade de fenômenos se reflete na variedade dos pontos de interesse sobre a Amazônia, despertando paixões científicas, projetando a área aos apetites internacionais. Donde a profecia na frase do discurso que Getúlio Vargas proferiu em Manaus, a 10 de outubro de 1941, quando afirmava que a Amazônia deveria “encerrar um capítulo na História da Terra e iniciar um capítulo na História da Civilização”. Assim sendo, a utilização dos recursos amazônicos é um autêntico desafio, quer por suas condições peculiares, quer pela heterogeneidade de seus ecossistemas, múltiplos, únicos e diferenciados.

INTEGRAR PARA NÃO ENTREGAR

Neste fim de século, o mundo internacional descobriu que havia um mundo amazônico, enquanto começava a desvendar o mundo antártico. O eixo Leste-Oeste já dava sinais de que iria falir. Começavam o se delinear eixos Norte-Sul, nos quais o setentrião desenvolvido, industrializado, via que só poderia sobreviver às custas de uma região meridional subdesenvolvida, simples fornecedora de matérias-primas. Os 1º, 2º e 3º mundos, numa reviravolta geopolítica, formavam a

dualidade — uma no norte e a outra no sul. Aos poderes terrestre-marítimo-aéreo vinha se juntar o aeroespacial. Os satélites passavam a vasculhar áreas que pudessem vir a alimentar, com suas prodigalidades, a era de um novo ciclo geopolítico.

Implanta-se então toda uma indústria da mistificação, atribuindo à Amazônia o qualificativo de “pulmão do mundo” e pretensas queimadas na região como responsáveis por buracos na camada de ozônio. Passava daí para o humanitarismo faccioso de que o civilizado espoliava a cultura indígena. Tudo neste mundo primitivo deveria ser conservado para o bem do mundo civilizado, com a Amazônia transformada no patrimônio da humanidade. Daí à internacionalização seria um passo, refletindo a geopolítica do confronto transferida do eixo Leste-Oeste para o Norte-Sul.

Conquistada mas não colonizada, a geoestratégia atual da Amazônia consiste no fato de que é a metade do território brasileiro, legalmente delimitado, que não pode mais sobreviver divorciado da comunhão nacional, condenada como área marginalizada.

E se é fato que o direito da força pode se sobrepor à força do direito, e que só poder controla o poder, temos que nos ater ao fato de que é a desnacionalização o elemento principal que alimenta os apetites internacionalistas. Apetites alimentados por fatores exógenos, mascarados pela dívida externa e pressões ecológicas.

De “inferno verde”, a Amazônia transformou-se no “eldorado”, e este, tão rico quanto despovoado, é, na atua-

lidade, nossa imensa área geopolítica neutra praticamente carente do poder estatal. Urge, assim, a integração da Amazônia ao processo produtivo do país, numa ocupação efetiva, ordenada, adequada e inteligente, fugindo sempre do comportamento invariável e monolítico, que nos faça incorrer no erro de destruir primeiro para reconstruir depois.

OMISSÕES E INTROMISSÕES

Governos e governos se sucedem. O plano federal tem sido pródigo na criação de órgãos e elaboração de planos que ficam no papel engolidos pela burocracia de Brasília. E dizer-se que um dos objetivos para a criação, em 1960, da nova capital brasileira, foi o de servir como plataforma de lançamento para a conquista e povoamento desse interior marginalizado!

As intromissões externas são reflexos das omissões internas. Que o digam: o PDA (Plano de Desenvolvimento da Amazônia), cuja falta de prontidão se atrela à grandiosidade, e o SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), que superintende desenvolvendo pouco.

Paralelamente, se sucedem projetos e mais projetos do exterior, que começaram a se acentuar a partir de 1850, quando os Estados Unidos, aproveitando-se do fato de estar o Brasil envolvido nas questões do Prata, procuraram fazer com que o nosso governo tornasse livre a navegação no Amazonas. Ao se iniciar o século XX, o “Bolivian Syndicate”, com capitais

ingleses, alemães e estadunidenses, quase consegue instalar um “quisto” de colonização estrangeira na vulnerável região acreana. As intromissões continuaram quer através do Instituto da Hiléia Amazônica, planejado em 1948 pela UNESCO, organismo da ONU, como do Instituto Hudson, com seu projeto de grandes lagos que transformariam o núcleo central da Amazônia num “mar interior”.

Em 1990, caberia à NASA lançar o projeto “Amazônia Global — Missão do Planeta Terra”, elaborado por 551 técnicos e 168 instituições. Dele participaram apenas dois cientistas brasileiros e o INPE (Instituto de Pesquisas Espaciais). O INPA (Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas) nem foi consultado. E, no entanto, existe para a área o Código Amazônico, conjunto de normas disciplinando a ação do poder público na área, e obrigando a consultas ao governo e população locais.

Conseqüentemente, para evitar as omissões e intromissões urge que se efetive o plano de zoneamento ecológico e econômico da Amazônia de moderna colonização, saindo-se do papel e do discurso para a prática de uma realidade.

PESQUISAS E “ACHISMOS”

Coube a Alexandre Henrique Guilhaume, o Barão de Humboldt, realizar a primeira expedição científica à Amazônia, em 1802, região que descreve em seu livro *Viagem às Regiões Equatoriais do Novo Continente*

(1799-1804). Devemos a ele o emprego da palavra “Hiléia” para designar a Amazônia e a semente para futuras cobiças internacionais, ao considerá-la como o celeiro do mundo.

A partir de então, surgiria vastíssima e polimorfa literatura, embora, na realidade, o mundo amazônico continue tão marginalizado quanto desconhecido. Por isso, o muito que se inventa contamina não só o exterior quanto o Brasil, onde “ecologistas”, ligados ao setor político, à mídia internacional, aos meios artístico e de comunicação, tomam como lema o fato de que o floresta amazônica está desaparecendo, que os índios estão sendo dizimados, para lançar o brado de que é preciso “salvar a Amazônia”.

Precisamos salvar sim a Amazônia, livrando-a dos descréditos, dos “achismos”, suprimindo a carência de cientistas brasileiros, e impedindo o sucateamento das instituições de pesquisa que lutam para sobreviver no local, entre os quais a EMBRAPA, o Instituto Nacional da Amazônia e o internacionalmente conhecido Instituto Emílio Goeldi, completando no ano de 1991 seus 125 anos de experiências.

Os mitos e falácias sobre a Amazônia só podem ser desmistificados através de pesquisas sérias sobre suas riquezas e potencialidades. Assim, o zoneamento geoeconômico e ecológico da região terá que determinar as áreas de preservação, as de utilização de recursos naturais, as de utilização convencional, as reservas indígenas, respeitando-se os multivariados ecossistemas. Os programas deverão ser flexíveis, para que se possam estabe-

lecer metas e ações quando forem adquiridas experiências e cimentados os conhecimentos.

Inexistindo um exército de cientistas nossos, não podem ser contestadas as afirmações tendenciosas dos “achismos” ou da “indústria do meio ambiente”, constituída por pessoas que se hospedam em hotéis “cinco estrelas” da região, para, depois de rápido “doutoramento”, lançarem teses difamatórias. São esses os “doutores” aos quais, ao se lhes perguntar o que é o “buraco negro” de que tanto acusam a Amazônia de formar, por certo não de responder, tal como a piada do aluno mal informado, de que é o lugar onde se vende o “pó branco”, já que a região de fronteiras abertas e desprotegidas entrou também para a rota do narcotráfico.

O grande desafio para com esse nosso espaço exposto, que compromete o corpo da Federação, é o de atacá-lo de frente como problema geopolítico e geoestratégico, e não unicamente ecológico e indigenista como estão querendo os “achistas”. A utilização dos recursos amazônicos é tão necessária quanto um ajuste na política indigenista de respeito aos seus valores de cultura, sem contudo jamais abdicar da unidade e soberania nacional.

Cabe aqui, pois, esse trecho retirado do *Jornal do Brasil* (3 de novembro de 1974): “A população da Amazônia é sem dúvida muito rarefeita, mas a área não está vazia. Porque não têm sido consultados aqueles que trabalham na Amazônia, que vivem seus problemas além de pensá-los, que encaram a Amazônia não como algum império

recém-conquistado, mas como uma zona que, apesar de tão abandonada, soube manter, através dos séculos, suas características brasileiras, sua cultura brasileira?”

A Amazônia é patrimônio nacional, pois vem mantendo, por mais de três séculos, a cultura brasileira. Deve, assim, ser confirmada como uma terra onde o brasileiro de lá (branco, negro, índio ou mestiço) não continue a ser escravo da natureza e muito menos de estrangeiros. Não nos esqueçamos, sobretudo, de que a Amazônia é uma bola colorida de borracha que o Brasil carrega acima da cabeça, deslumbrando a muitos países que não possuem um balão tão vistoso.

AÇÃO E REAÇÃO

A cobiça internacional vem procurando manter a Amazônia no atraso. Nada de ação... só conservação. Temos que reagir para agir.

Não se pode pensar em desenvolvimento sem transporte e energia. Sem Balbina, tão combatida, Manaus estaria hoje no escuro, a mercê das lâmparas ou gastando petróleo, bem mais caro como energia.

Para que a Amazônia não se desenvolva, muito vem concorrendo os que divulgam que, com as hidroelétricas, iremos prejudicar a floresta e aos índios. A hidroelétrica de Monte Belo (ex-Kararaô), foi combatida por vários organismos internacionais, porque iria deslocar daí 300 índios. No entanto, esses mesmos órgãos não se manifestaram quando Furnas, construída no

sul, desalojou 30.000 pessoas, e a Barragem de Assuan engoliu monumentos históricos do Egito e modificou o ecossistema em parte do Mediterrâneo.

A região requer, para a conservação efetiva de seu meio ambiente, da colaboração técnico-científica e financeira tanto nacional quanto internacional. Não podendo mais abdicar da complementação das infra-estruturas energéticas e nem das de transporte e comunicações. E, no entanto, como ameaça a tudo isso, contamos com o repúdio de Bush, Presidente dos Estados Unidos, quanto à ligação da Amazônia ao Pacífico e Caribe, através do prolongamento da BR-364 e BR-174.

Embora o grupo japonês Nakasone tenha sido desencorajado por Bush quanto aos custos do empreendimento, a importância da BR-364 está no fato de que unirá o Acre ao Pacífico, através do porto de Calláo no Peru. Além disso, proporcionará a interligação de seis municípios acreanos à capital Rio Branco, ainda praticamente isolada e sem acesso terrestre durante quase todo o ano. Em face de nossas diretrizes geopolíticas difundidas em direção à Ásia ou costa oeste dos Estados Unidos, uma vez totalmente construída, a BR-364 reduzirá em milhares de quilômetros as distâncias que separam a Amazônia do Oceano Pacífico, permitindo, em contrapartida, o escoamento da produção agro-silvo-pastoril brasileiro de forma competitiva e eficiente. Atualmente, levada essa produção ao porto de Santos, tem ainda que percorrer 25.000km para atingir Yokoama no Japão. Se for embarcada no porto peruano de Calláo

a distância cairia para 17.000km.

A continentalidade de Manaus, muito distante dos portos oceânicos, poderá vir a ser atenuada pela BR-174. Partindo da capital amazonense atravessando Roraima, permitiria o escoamento de produtos locais via portos da Venezuela e, também, do Caribe.

No Pará, estado mais desenvolvido da Amazônia, onde já foram detectadas grandes reservas minerais do país, o problema da ingerência internacional não é tão grande quanto a que ocorre nos estados interiorizados. O que se nota aí é a ausência do Governo Federal, quer na manutenção de rodovias já construídas, quer no atacar o problema da hidrovia Araguaia-Tocantins (2.800km), que dará um porto à também continental Brasília, beneficiando o escoamento, entre outros produtos, de parte da soja, prejudicada com o boicote via Pucalpa-Calláo, da BR-364. Tal hidrovia, dentro do aspecto geopolítico, seria o elemento de integração entre os Estados de Tocantins, Goiás, Mato Grosso, Maranhão e Pará, envolvidos na Amazônia Legal.

Obras como essas se impõem, em face do bloqueio econômico aos nossos produtos como fato real e ameaçador.

Ainda no Pará, onde a Belém—Brasília contribuiu para o desenvolvimento regional, e a Transamazônica foi fundamental para a ocupação do Estado, Tucuruí funciona como a maior hidroelétrica. Assim, no Pará, a reação contra a ação substituiu o problema do índio pelo fundiário, em especial na região do Bico do Papagaio,

onde o problema foi gerado pela imigração dirigida, especialmente de nordestinos, dentro da temática de “dar ao homem sem terra do nordeste a terra sem homens da Amazônia”. Aí o papel desagregador, que vem provocando mortes, é exercido pela Igreja. A mesma Igreja que através do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), órgão ligado à CNBB, animou o setor internacional, via Movimento dos Jovens Católicos da Áustria, para que fosse criado o parque indígena binacional (Brasil—Venezuela) a ser ocupado pelos ianomamis.²

Curiosamente o interesse da CNBB foi só para com o ianomamis, cerca de 9.000 pessoas vivendo em tribos rivais de 50 a 120 índios nômades. Índios que vivem numa área rica em ouro, diamante, estanho, zinco, cobre, chumbo e urânio. O pretense sentimento preservacionista de cultura ignorou inúmeras outras tribos que o quadro seguinte localiza:

Área	População Aproximada
Nordeste Amazônico	14.500
Roraima e Norte do Amazonas	26.000
Amapá e Norte do Pará	5.000
Alto Solimões	20.000
Javari	3.200
Juruá-Jutaí-Purus	7.200
Sudeste do Pará	4.900
Acre	8.200
Rondônia	5.700
Total	97.700

Em se tratando ainda do problema indigenista, é interessante a comparação de que os cerca de 100.000 índios da Amazônia ocupam 10% do país, chegando essas áreas a quase 800.000km², enquanto os 800.000 índios dos Estados Unidos possuem apenas 165km².

Onde encontrar a causa contra toda e qualquer ação que envolva o desenvolvimento da Amazônia? Basta lembrarmos que o Brasil se classifica como a décima economia do mundo; isso apesar de ser país subdesenvolvido, pois apenas 18% do país para tal contribui. Não será, pois, muito difícil imaginar o que seremos quando os 64% do país, marginalizados e subdesenvolvidos, compoem a Amazônia e o Centro-Oeste, forem devidamente explorados, integrando-se ao corpo da nação.

Não podendo contar com a ajuda estrangeira, temos ainda que neutralizá-la em suas investidas reacionárias. Afastar os apátridas é outro meio de ação, para levarmos com os meios de que dispomos a civilização até a Amazônia. Temos que integrar para não entregar!

Repelindo toda e qualquer idéia de bloqueio econômico a pretexto da proteção ambiental, temos que ter em mente que a Amazônia representa mais da metade do território brasileiro. In-

2 O primeiro passo para a realização desse perigoso “quisto” de “balcanização” da Amazônia foi dado por Collor a 15 de novembro de 1991, ao criar do nosso lado a reserva com 94.000km², área maior que a do Estado do Rio, do que Portugal e três vezes maior que a da Holanda e Bélgica.

clui a maior floresta equatorial do mundo e também 12 milhões de hectares de várzeas e terras férteis. Possui, no mínimo, 50% do potencial hidroelétrico do país, com 25.000km de rios navegáveis. Em seu seio se abriga a maior província mineral do mundo, habitada por pouco mais de 10 milhões de pessoas.

Preservar quando possível, sim; conservar, não! A Amazônia não é só área a ser preservada, de fauna e flora a serem protegidas, esquecendo-se o homem que lá está. Procuram ignorar os “ecomaníacos” que a melhor qualidade de vida para a região deve estar também entre as prioridades. A Amazônia tem que participar da civilização, não pode ficar simplesmente transformada num jardim ecológico guardando museus indígenas.

CONCLUSÃO

Enquanto a Geoestratégia apresenta três Poderes — o Terrestre, o Marítimo e o Aéreo, já tendendo para o Aeroespacial, a Geopolítica se baseia em outros três. O Real, envolvendo tudo aquilo do que se dispõe efetivamente no momento; em nossa dinâmica territorial, são justamente aqueles 18% constituídos pelas regiões Sul e Sudeste. O Poder Latente, é o que está reservado e do qual podemos nos valer, englobando o Nordeste em desenvolvimento e o Centro-Oeste e Amazônia subdesenvolvidos. O terceiro é justamente o Poder Prestígio, que as outras nações atribuem à nossa em função do que podemos vir a contar

com base no Latente. Concluindo-se, assim, que é o fator econômico a causa principal da pretensa defesa ecológica e preservação da cultura indígena. A causa econômica é o fator precípua de toda reação internacional contra a ação nacional em prol do desenvolvimento da Amazônia.

Há trinta anos atrás, a Amazônia nada mais era do que uma região que, apesar de possuir a maior bacia sedimentar do Globo, não possuía petróleo, carecia de minérios, e sua vasta floresta sem nenhuma perspectiva, não sendo economicamente viável em função da heterogeneidade, ou seja, grande quantidade de espécies, porém largamente disseminadas, contrastava então com as florestas frias e temperadas, com menor variedade porém dotadas da homogeneidade, com espécies agrupadas, oferecendo melhor meio de exploração.

No momento em que a Geoestratégia se engajava no Poder Aeroespacial, e que o espaço aéreo passava a ser explorado racionalmente, os satélites vasculharam a Amazônia, revertendo sua situação. Enquanto se constatava grandes reservatórios de minérios, a floresta já permitia ser explorada. Assim, a Amazônia conquistada pelos portugueses no século XVII, integrada ao espaço político brasileiro nos séculos XVIII e XIX, era finalmente descoberta pelo Mundo no século XX.

Descoberta pelo mundo, passa-se a divulgar o princípio de que deveria ficar intocada e a floresta conservada. Até as enzimas de ervas medicinais, que só nos Estados Unidos nos rendiam milhões de dólares, deveriam ser sus-

pensas; a fauna conservada. O IBAMA passava a exercer pressão policesca; enquanto sob pressão internacional e ignorância do problema, o governo suspendia os subsídios agrícolas, sob a alegação de que a atividade contribuía para o desmatamento.

A Amazônia não é só floresta. Na vasta área sedimentar as terras firmes, mais antigas, completam-se com as várzeas mais recentes. Nessas várzeas, 30 milhões de hectares, graciosamente adubados pelos rios, podem se transformar em 60% da atual fonte agrícola brasileira.

Em respeito ao complô internacional, não se deve financiar a agricultura e muito menos a pecuária, omitindo-se de que há na Amazônia, livres de florestas, 70 milhões de hectares de campos naturais. A publicação do IBGE *Tipos e Aspectos do Brasil*, dedica várias páginas ao estudo desses campos naturais, os melhores, entre os melhores do mundo, para a criação de búfalos.

Na foz do Amazonas, Marajó (50.000km²), maior do que a Bélgica (30.510km²) e pouco mais da metade do território português (92.072km²), apresenta-se com dualismo marcante. A área de campos naturais nesta ilha com 23.000km² é maior do que todo o território do Líbano (10.452km²), ocupando uma área que é a metade da Suíça (41.293km²). Foi justamente em Marajó que começou a criação do gado *vacum* em eras coloniais, estendendo-se, posteriormente, sem que se precisasse ofender a floresta, para os campos naturais do Baixo Amazonas e

campinas do extremo norte, hoje dentro do Estado de Roraima.

Carente no passado, a Amazônia é hoje, comprovadamente, grande reservatório mineral e concorrente em potencial de outras áreas do mundo, em exploração por *trusts* internacionais de empresas de países do hemisfério norte. A entrada, agora, da Amazônia no mercado mundial desestabilizaria sobremodo esses *trusts* de grupos internacionais. Pela identidade econômica entre a Amazônia e a Península da Malásia, hoje “balcanizada”, torna-se aqui importante a comparação. Fomos, no início deste século, exportadores de 80% da borracha (latex da seringueira) do mundo. Esse *boom* da borracha começou a despertar a Amazônia! Eis que os ingleses levam sementes da seringueira e plantam-nas em bosques na Malásia, tirando-nos a primazia, com sua produção sistemática. Finda-se o nosso século, e a mesma concorrência que os seringais sistemáticos da Malásia fizeram aos nativos da Amazônia tem hoje um retorno. É que nesta mesma Malásia, onde as minas, exaustivamente exploradas, já começam a declinar, tem na Amazônia um concorrente em potencial, com o minério em alguns lugares à flor da terra.

Na História o passado está sempre presente. A Península da Malásia foi presa fácil na era do colonialismo. Presa fácil dos interesses internacionais, e geoestrategicamente dividida em países e mais países. Um exemplo é o do Mianma (que substituiu a secular Birmânia em 1989), rica região mineral em exploração. A desnaciona-

lização, o mosaico étnico que caracteriza essa área asiática, facilitou e permite, ainda hoje, que se pratique a “balcanização”.

A “balcanização” já se começa a delinear na nossa Amazônia, implantando-se lá os apartheísmos de reservas indígenas, que serão estados dentro de nossa Federação, facilmente manejados pela ação exterior. O objetivo de Rondon de converter para civilizar, transforma-se hoje no subverter para manobrar. Na África do Sul condena-se o apartheísmo dos “homelands”; aqui, defende-se, impõe-se. Impõe-se o “quisto” ianomami que o Brasil confirmou do seu lado, em novembro de 1991, para complementar os 8,3 milhões de hectares que a Venezuela destinava aos mesmos índios. Embora Miterrand haja proclamado, em 1989, que a soberania não poderia servir de pretexto para agressões ecológicas, talvez tentando preservar a sua Guiana, os 17,7 milhões de hectares de suposta nação ianomami entre o Brasil e a Venezuela hão de ferir, por certo, tal princípio, pois se constituem na semente da “balcanização” da Amazônia.

E, se na Malásia o perigo da “balcanização” se constituiu no mosaico étnico, na Amazônia o ponto de apoio se encontra no vazio demográfico.

É justamente esse vácuo de desnacionalização que gera a cobiça da internacionalização. É neste pobre espaço demográfico, de população urbana que se concentra em pólos descontínuos, mas de solo extremamente rico, que se procura invocar a incapacidade de gerir para se internacionali-

zar. E a cobiça se sustenta na premissa verdadeira de que o mundo de hoje só tem para explotar o fundo do mar, o pico das montanhas e a Antártica. E essa cobiça internacional, sustentada por uma tecnologia que a Amazônia não tem, é que condena o homem predador, que se o faz é pela situação precária em que vive. Cobiça internacional que ataca o garimpeiro que polui os rios por não ter tecnologia, mas, curiosamente, vem deste mesmo Primeiro Mundo cobiçador, o material poluidor dos rios. Ninguém deve ignorar que são a Inglaterra e a Alemanha os fornecedores deste mercúrio poluidor.

O garimpeiro é outro elemento devastador da Amazônia, segundo a MÍDIA internacional. Via de regra ele não é um marginal e, muitas vezes, nem é rival dos índios. Por outro lado, se nesta classe existem bandidos, esses também são encontrados nas cidades grandes, bem longe da Amazônia, inclusive em países que, no Primeiro Mundo, se dizem civilizados. Atribuir ao garimpeiro a destruição da floresta é outra balela internacional. Sabemos que grande número deles se concentra em Rondônia, para onde a riqueza mineral levou muita gente. E a Geografia nos ensina que não se encontra nesse Estado o habitat da floresta amazônica, permitindo que o próprio Exército mantenha aí um Batalhão Mecanizado.

A Ordem Unida Internacional é, pois, a de “balcanizar” a região para melhor poder controlá-la. E, para isso, concorre a atual Constituição Brasileira, que, se cumprida na questão referente aos “quistos indígenas”,

inviabilizará três Estados da Amazônia. Passará a ser reserva indígena 68% do Estado de Roraima, 65% do Acre e 48% do Amazonas.

E, se o índio convive com o garimpeiro, é ainda bastante discutível a validade da preservação da cultura indígena. No Brasil, o índio é símbolo nacional. Assista-se *O Guarani* de Carlos Gomes ou leia-se *Iracema* de José de Alencar, para citarmos apenas dois exemplos. Aqui o índio é herói... nos Estados Unidos é bandido nos famosos filmes de *bang-bang*. Não nos consta que, nos Estados Unidos, se tenha destacado um índio como o Marechal Rondon. O Brasil é país da miscigenação, onde três grupos étnicos se uniram para expulsar o invasor holandês do Nordeste. Encontramos, no Brasil, índios servindo em batalhões de fronteira, vivendo bem melhor do que em suas tabas, e que não desejam mais voltar para elas. Encontramos ainda índios de gravadores em punho, máquinas fotográficas etc. (produtos de cultura primeiromundista) que vão a Brasília em nome de suas tribos, sem que saibamos se por elas lhes foi delegado algum poder. Índios que frequentaram universidades, que hoje pretendem, da FUNAI, e não na FUNAI, defender causas que já desconhecem. Índios que, como o cacique Raoni, fazem turismo pelo mundo, e em especial na Europa, ciceroneados por roqueiros, como o Sting, para desmoralizar o Brasil. Índios que, como o Cacique Juruna, eleito Deputado Federal pelo Estado do Rio, nada fez, a não ser cair no ridículo; não reconduzido ao cargo preferiu ficar com

a civilização de Brasília, e talvez nem saiba mais onde fica a sua tribo, ou essa mesma não o queira receber.

Dentro, pois, deste contexto de subversão de valores, urge determinar se o índio verdadeiro quer viver sem contacto com a civilização, numa reserva apartheísta que o Ministro da Aeronáutica, Sócrates Monteiro, definiu como “um jardim zoológico às avessas”.³

O complô internacional defende só o índio da Amazônia Brasileira. Ignora-o, pelo menos por enquanto, na Amazônia fora do Brasil, bem como outros espalhados pelo restante de nosso território, ou em outros países. Ignora e até persegue o caboclo, descendente do índio que cometeu o “pecado” de ser fruto da miscigenação com o branco. O caboclo é outro acusado de destruir a floresta. Mas, enquanto os Estados Unidos derrubaram 80% de suas áreas verdes, na nossa Amazônia, desde 1500 aos nossos dias, o desmate se encontra na cifra dos 8,5%. Resulta disso que, enquanto o estadunidense desfruta de melhor meio de vida, o homem da Amazônia jaz na miséria.

Enquanto as reservas indígenas “balcanizam” a Amazônia, a perseguição ao caboclo complementa a contento o processo de esvaziamento dessa área. Já é grande a fuga do interior, e Manaus concentra 75% da população estadual.

Enquanto o governo federal não ataca o problema dentro do enfoque geopolítico, as Forças Armadas pro-

3 Programa Jô Soares — 11:30 no SBT — setembro de 1991.

curam abrir aí a sua frente, dentro do contexto geoestratégico do Projeto Calha Norte. Mas o Projeto, infelizmente, não atinge as proporções gigantescas que querem atribuir aos “quistos” indígenas. Ocupa 14% do território nacional e 24% da Amazônia Brasileira, na calha norte do Amazonas, em área de fronteira. Área de fronteira, faixa onde os países que formam o Pacto Amazônico estão de costas uns para os outros. Procura proteger a área onde praticamente inexistente a demarcação física de nossas fronteiras, onde é deficiente a colocação de marcos, cuja distância média deve ser de 50 em 50 quilômetros e que, em certos pontos, não nos permite enxergar de 50 em 50 centímetros. O Projeto ocupa-se da intensificação de campanha para a recuperação de marcos limítrofes.

mais se alarga e a população se rarefaz, possuímos quase a metade de nossos limites internacionais. Este vácuo de fronteira estará, pois, sendo preenchido pelo Projeto Calha Norte, mostrando que as Forças Armadas se envolvem numa gama enorme de atribuições, muito embora o seu orçamento ocupe, na classificação mundial, o 159º lugar, quando até mesmo o Peru, país amazônico, se encontra na frente.

Entre os objetivos do Projeto Calha Norte se inclui o de transformar nossas fronteiras-faixa (despovoadas) em linha (povoadas); de incrementar a colonização acelerando a produção de energia, a infra-estrutura viária e estimular pólos de desenvolvimento econômico. Em seu conjunto visa a transformar essa área marginalizada, de zona geopolítica neutra, em ecúmeno estatal.

Fixando nossas fronteiras na região, o objetivo do Projeto Calha Norte é o de impedir a entrada de guerrilheiros e traficantes em nosso território. Aí, a presença do narcotráfico é facilitada em função da instalação de garimpeiros das mais variadas nacionalidades, quando a ação guerrilheira é possibilitada pela presença na Colômbia do MR-19, na Venezuela do Bandera Roja, e no Peru do Sendero Luminoso.

O Projeto Calha Norte se constitui num tripé e tomou por base a Exposição de Motivos nº 018/85 do então Conselho de Segurança, do Governo Sarney, em face de eventuais conflitos fronteiriços entre países vizinhos e a conjuntura instável do Caribe.

Marcos Limítrofes do Brasil

País Amazônico	Extensão de Fronteira (km)	Nº de Marcos
Colômbia	1.634	80
Venezuela	2.199	1.409
Guiana	1.606	134
Suriname	593	60
Guiana Francesa	730	7
Total	6.771	1.690

No cômputo geral o Brasil tem 15.710km de fronteiras terrestres, e, só na região amazônica, onde o Brasil

Na atualidade o nosso *punctum dolens* se encontra na Amazônia, que requer o aumento de nossa presença e o controle cerrado sobre missões religiosas e credos místicos. Na visão do CEBRES (Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos), a geoestratégia deve se ater na criação de dois Territórios — o do Alto Solimões e o do Rio Negro; isto para integrar a área problemática conhecida como a “Cabeça do Cachorro”, que os portugueses nos garantiram pelo *uti possidetis*, delimitando-a com três fortes no século XVIII — o S. José de Maralitanas

(1759), S. Gabriel (1763) e Tabatinga (1766).

Com nossa economia estagnada, a tarefa será árdua. Mas terá que ser feita, pois é obrigação da nossa geração legar o Brasil como um todo aos nossos descendentes, tal como o recebemos de nossos antepassados. A área é ciclópica e os recursos a isso destinados são bastante limitados. Sabemos que o passado estará sempre presente em nossa História, para prepararmos o futuro, que nos brindará conservando para os brasileiros esse patrimônio que é todo nosso.



THEREZINHA DE CASTRO — Bacharel e Licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Conferencista de Geopolítica na ECEME e ECEMAR. Professora de História do Colégio Pedro II. Entre suas obras destacam-se: “Rumo à Antártica”, “Atlas-Texto de Geopolítica do Brasil”, “Geopolítica: Princípios, Meios e Fins” e outras.